



Rodrigo Pironti
Coordenador

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Estudos sobre um novo cenário
de Governança Corporativa

Prefácio

Marcelo M. Bertoldi

Área específica

DIREITO EMPRESARIAL.

Áreas afins

PRIVADO, PÚBLICO E ADMINISTRATIVO.

Público-alvo/consumidores

AADVOGADOS, ADMINISTRADORES,
GESTORES DE EMPRESAS (TI E OUTRAS ÁREAS),
SERVIDORES PÚBLICOS E ESTUDANTES.

Neste mundo VUCA em que vivemos — acrônimo, em língua inglesa, para um ambiente volátil, incerto, complexo e ambíguo —, a proteção de dados pelas instituições se transformou na verdadeira garantia de todas as pessoas que habitam o universo digital.

Esta obra singular e diferenciada surge como um guia completo e inevitável para uma jornada em segurança para aqueles que buscam atuar com integridade e eficiência em todos os setores da sociedade.

Novamente o advogado e professor Rodrigo Pironti nos mostra qual a direção precisa ser seguida.

Marcos Bittencourt

Advogado da União. Mestre em Direito pela UFPR.
Professor de Inovação da Escola da Magistratura
Federal do Paraná.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm

CÓDIGO: 10001796

L525 Lei Geral de Proteção de Dados : estudos sobre um novo cenário de Governança Corporativa / coordenado por Rodrigo Pironti. Belo Horizonte : Fórum, 2020.

254 p.; 14,5cm x 21,5cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5518-043-5

1. Direito empresarial. 2. Direito privado. 3. Direito público. 4. Direito administrativo. I. Pironti, Rodrigo. II. Título.

2020-1518

CDD: 342

CDU: 342

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PIRONTI, Rodrigo (Coord.). *Lei Geral de Proteção de Dados: estudos sobre um novo cenário de Governança Corporativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 254 p. ISBN 978-65-5518-043-5.

Rodrigo Pironti é Pós-doutor em Direito pela Universidad Complutense de Madrid. Doutor e mestre em Direito Econômico e Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar Filho e em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Advogado sócio do escritório Pironti Advogados. Parecerista.

PREFÁCIO	
Marcelo M. Bertoldi	15
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NA EXPERIÊNCIA EUROPEIA	
Luciano Ferraz, Thiago Ferreira Almeida	17
1 Considerações introdutórias	17
2 LGPD na União Europeia	18
3 À guisa de conclusão	22
Referências	23
A INSEGURANÇA JURÍDICA SOBRE O INÍCIO DE VIGÊNCIA DA LGPD: OS REFLEXOS DE UMA ESQUIZOFRENIA NORMATIVA	
Rodrigo Pironti	27
INVESTIGAÇÕES CORPORATIVAS À LUZ DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	
Ana Maria Silveira Sasso Gomes, Eduardo Moura, Marcos Mafra	37
1 Introdução.....	37
2 As investigações corporativas no âmbito da <i>General Data Protection Regulation (GDPR)</i>	38
3 A necessidade de adequação das investigações corporativas segundo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).....	42
4 Recomendações na forma de coletar e tratar dados durante o processo de investigação interna.....	44
5 Requisitos impostos pela Lei Geral de Proteção de Dados no processo de investigação de dados	46
6 Considerações finais.....	50
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E “DUE DILIGENCE” DE INTEGRIDADE: APARENTE CONFLITO OU EFETIVA APLICAÇÃO?	
Matheus Lourenço Rodrigues da Cunha	51
Introdução.....	51
1 A tutela internacional e interna de direitos humanos e fundamentais decorrentes de dados pessoais	52
2 A corrupção como agente lesivo de direitos humanos e fundamentais e a tutela proveniente de seu combate e prevenção	57
3 As diligências ou verificações apropriadas (<i>due diligence</i>) como requisito de efetividade do programa de <i>compliance</i> e integridade.....	60
4 Aparente conflito entre a LGPD e <i>due diligence</i> de integridade e alternativas para a conformidade.....	65
Conclusão.....	68
Referências	69
PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE	
Éryta Dallete Fernandes Karl	73
I Comprometimento do agente de tratamento de dados	74
II Integração do programa à estrutura geral de governança	75
III Aplicabilidade do programa a todo o conjunto de dados pessoais sob controle da organização	76
IV Adaptação do programa à estrutura, escala, volume e sensibilidade dos dados tratados	77

V	Estruturação de políticas e salvaguardas adequadas.....	77
VI	Avaliação sistemática e periódica de impactos e riscos à privacidade.....	79
VII	Mecanismos de supervisão internos e externos.....	79
VIII	Existência de planos de resposta a incidentes e planos de remediação.....	80
IX	Transparência com o titular dos dados.....	80
X	Monitoramento contínuo e atualização constante.....	81

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD)

Ana Maria Silveira Sasso Gomes	83
---	----

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, ASPECTOS PENDENTES DE REGULAÇÃO E CULTURA DE PROTEÇÃO DE DADOS

Natália Brotto, Pedro Henrique Dalgallo Camargo	91
1 A Autoridade Nacional de Proteção de Dados.....	91
2 Aspectos pendentes de regulação pela ANPD e os princípios da LGPD.....	93
3 Aspectos pendentes e primeiros passos da ANPD.....	95
4 A ANPD e a figura do encarregado (<i>Data Protection Officer</i>).....	97
5 A necessária delimitação do legítimo interesse pela ANPD.....	98
6 A ANPD e os bancos de dados “antigos”.....	99
7 A ANPD e a cultura de proteção de dados.....	100
8 Conclusão.....	101
Referências.....	102

RESPONSABILIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NA LGPD

Francisco Zardo	105
1 Objeto de análise.....	105
2 A responsabilidade dos agentes de tratamento de dados.....	106
2.1 Pressupostos: conduta, dano e nexos.....	106
2.2 Responsabilidade subjetiva ou objetiva?.....	106
2.3 Solidariedade.....	107
2.4 Excludentes de responsabilidade.....	108
2.5 Aspectos processuais e a prescrição.....	109
3 As sanções administrativas aplicáveis aos agentes de tratamento de dados.....	110
3.1 A incidência do regime jurídico de Direito Administrativo Sancionador.....	110
3.2 A exigência de tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade (ou reprovabilidade).....	112
3.3 As sanções em espécie.....	114
3.4 O processo administrativo e a dosimetria das sanções.....	117
3.5 Vedação ao <i>bis in idem</i>	118
3.6 Prescrição.....	119
Referências.....	119

SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E DATA SCIENCE: COMO UTILIZAR NA IMPLANTAÇÃO DA LGPD

Felipe Guimarães	121
Sistema de informação × tecnologia da informação.....	122
Segurança da informação.....	123
1 Disponibilidade.....	123
2 Integridade.....	124
3 Confidencialidade.....	124
Os conceitos de dado e informação.....	124
Segurança e sigilo dos dados.....	126
Conclusão.....	129

OS PRINCIPAIS DESAFIOS DAS EQUIPES DE TI PARA SE
ADEQUAREM À LGPD

Christian Bachmann	131
1 Introdução.....	131
2 Bases legais	132
3 Ciclo de vida dos dados pessoais.....	134
3.1 Titular do dado	134
3.2 Coleta de dados.....	134
3.3 Processamento/armazenamento.....	135
3.4 Descarte.....	136
4 Mapeamento dos ativos de TI.....	136
5 Análise de riscos de TI	137
6 <i>Privacy by design</i>	139
7 Consentimento	140
8 Direito dos usuários	142
9 Incidente de segurança	143
10 Exceção	145
Referências	145

PRIVACY BY DESIGN E PRIVACY BY DEFAULT

Sandro Tomazele de Oliveira Lima	147
---	-----

IMPLANTAÇÃO DA LGPD NO SETOR PÚBLICO: GERENCIANDO
RISCOS IMINENTES

Walter Cunha, Bruno Affonso, Juliana Legentil	157
1 Introdução.....	157
2 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: impactos no setor público.....	158
3 Gerenciamento de riscos relacionados à LGPD no setor público.....	160
Considerações finais.....	164
Referências	164

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE
DADOS

Luciano Elias Reis, Rafael Knorr Lippmann	167
1 Introdução.....	167
2 Dados pessoais e a Administração Pública.....	168
3 A Administração Pública na LGPD	170
3.1 Princípio da finalidade e a “pertinência temática” no tratamento de dados pessoais.....	171
3.2 Controle humano sobre tomada de decisão automatizada.....	173
3.3 Inadequação das sanções legais às infrações praticadas pela Administração Pública.....	175
3.4 Sanções aos agentes públicos por violação aos dispositivos legais.....	176
Conclusão.....	177
Referências	177

FUNDAMENTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
PESSOAIS E A RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO
ESTADO NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Mirela Miró Ziliotto, Felipe Greggio	179
1 Introdução.....	179
2 Os fundamentos e princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	180
3 Princípios e responsabilidade do tratamento de dados pessoais pela Administração Pública.....	189
4 Conclusão.....	197
Referências	198

A APLICAÇÃO DA LGPD NAS EMPRESAS ESTATAIS	
Caroline Rodrigues da Silva	201
1	Introdução..... 201
2	Contextualização..... 202
3	A LGPD e as estatais 210
3.1	Execução de atividades em regime de concorrência 210
3.2	Operacionalização de políticas públicas 211
3.3	LGPD e demais atuações das estatais 212
	Conclusão..... 214
	Referências 215
A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO SISTEMA S: ASPECTOS RELEVANTES	
Julieta Mendes Lopes Vareschini	217
1	Do regime jurídico aplicável ao Sistema S..... 217
2	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: aplicabilidade ao Sistema S 220
3	Conclusão..... 230
	Referências 230
A FIGURA DO ENCARREGADO PELA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	
Diogo Silva Marzzoco	233
	Introdução..... 233
1	Quem é o encarregado e qual o perfil desejado? 234
2	Quem deve indicar um encarregado?..... 236
3	Atividades do encarregado 240
4	Responsabilização do encarregado 245
5	Conclusão..... 246
SOBRE OS AUTORES..... 249	